PROJETO DE LEI Nº , DE 2023.

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir que os trabalhadores possam utilizar os recursos do FGTS para a aquisição de mais de um imóvel.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

§ 3º O	direito de	adquirir mor	adia ou	outras	propriedades
		cursos de ca			
pelo seu	titular, pod	lerá ser exer	cido par	a mais c	le um imóvel
havendo	incentivos	financeiros,	nos ter	mos de	regulamento
para	а	aquisiçã	0	de	imóveis
novos.(NI	₹)				
`	, ,,				

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS foi instituído pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 e tinha por objetivo criar uma reserva financeira para os trabalhadores, a ser utilizada em momentos específicos, bem como criar uma forma de financiamento para programas habitacionais do Governo. Originalmente, o FGTS foi gerido pelo Banco Nacional de Habitação, posteriormente sendo repassado para a Caixa Econômica Federal em 1988.





Essa dupla função – poupança dos trabalhadores para eventos adversos e fonte de financiamento barata para investimentos públicos - traz bastante controvérsia até hoje. Por um lado, pessoas de viés mais liberal afirmam que o FGTS, da forma como se encontra, prejudica os trabalhadores pois é uma poupança forçada que remunera pouco. Essa situação até foi um pouco atenuada nos últimos anos quando a remuneração do fundo se aproximou mais da remuneração de mercado, mas a diferença não foi completamente atenuada. Por outro lado, um viés mais estatizante entende que esse sacrifício é relevante para que o Governo possa ter financiamento barato para investimentos públicos prioritários, o que beneficiaria toda a sociedade.

Não se trata de controvérsia de fácil equacionamento já que há argumentos favoráveis e contrários a ambas as visões, mas é possível se buscar avanços marginais na utilização dos recursos de forma a beneficiar o maior número de pessoas possível.

Nesse sentido, estamos propondo Projeto de Lei que passa a permitir que os recursos do Fundo possam ser utilizados pelos trabalhadores para a aquisição de mais de um imóvel com os recursos de sua conta vinculada. Ao mesmo tempo, o Projeto de Lei determina que a aquisição de imóveis novos tenham tratamento privilegiado, nos termos de regulamento, o que traria incentivos para a economia.

Por um lado, trata-se de medida de justiça econômica, na medida que possibilita maior liberdade para os titulares das contas vinculadas para utilizarem seus recursos de forma mais independente. Por outro lado, incentiva a construção imobiliária que é o segmento mais intensivo em mão-de-obra e que gera bastante valor agregado para a Economia. Dessa forma, ambas as missões do FGTS estariam cumpridas.

Pelos méritos da proposta, peço o apoio para a sua aprovação para os meus pares.

Sala das Sessões, de Outubro de 2023.

Deputado PAULO LITRO PSD/PR

